

COMUNICAÇÕES E INFORMES

ESTES QUINHENTOS E OUTROS TANTOS

Marcos Pereira Rufino

Filmes, peças teatrais, óperas, concertos, especiais televisivos, exposições e diversos lançamentos editoriais lembraram-nos, a todo instante, de que o ano de 1992 haveria de figurar como uma data incomum: no dia 12 de outubro completariam-se 500 anos da chegada de Colombo à América. Essa efervescência intelectual e artística expressa, na verdade, um complexo diálogo entre os vários atores imersos na teia de significações que este evento tem sido capaz de produzir.

Com efeito, o tema dos 500 anos da "descoberta" da América constitui-se na arena de uma miríade de interesses, onde intelectuais, governos, organizações indígenas, movimentos sociais e a Igreja Católica se degladiam em calorosas discussões.

O que está por trás desta aporia e qual o sentido do esforço de cada um desses atores em dizer ao mundo o verdadeiro significado destes 500 anos ?

Em finais de 1990 constituiu-se uma equipe de pesquisadores, ligados aos departamentos de Antropologia e Filosofia da USP, preocupada em responder a estas questões e em desarmar algumas das muitas armadilhas invisíveis, presentes sempre que uma multiplicidade de cosmologias, símbolos e discursos competem entre si pela afirmação da sua legitimidade. O Grupo de Estudos do V Centenário insere-se nesse contexto com uma perspectiva muito distinta da que percebemos nos atores em questão: é a de estudar, sistemática e criticamente, o amplo espectro de imagens, interpretações e idéias que estes últimos têm gerado. Trata-se de extrair das falas e textos aparentemente inescrutáveis, a

lógica e os interesses que os articulam.

O caráter interpretativo da pesquisa e a utilização de um recorte nitidamente antropológico na condução dos trabalhos têm nos colocado questões que apontam para um tema caro à antropologia: a construção de identidades culturais. De fato, a compreensão da relação entre os vários discursos e atitudes e a maneira pela qual os vários grupos resignificam o evento dos 500 anos não é possível sem nos atermos às estratégias simbólicas a que estes recorrem para constituírem as suas identidades. A construção de identidades culturais, assim, não é um problema apenas da antropologia; interessa, sobretudo, aos próprios sujeitos.

A profusão de textos e discursos desses sujeitos é tão rica que não é difícil perder-se neste oceano de símbolos. Entretanto, emergem, aqui e ali, algumas imagens que nos permitem dar os primeiros passos, localizando a posição dos sujeitos e orientando o trajeto a ser seguido. Em grandes linhas é possível perceber que alguns grupos comemoram o aniversário da chegada do europeu à América como um "encontro de dois mundos". Outros engajam-se num movimento de contra-celebração, denunciando aquilo que teria sido o maior genocídio da humanidade. Há ainda aqueles que preferem ignorar esta data, como se os sentidos mobilizados por ela não lhes dissessem respeito.¹

1- Utilizei-me, em diversos momentos, do projeto de pesquisa do Grupo de Estudos do V Centenário, intitulado "V Centenário do Descobrimento da América: um debate em torno das identidades". Coordenado pela Profa. Paula Montero, São Paulo, Universidade de São

Apresentar o discurso verdadeiro não é a preocupação do Grupo de Estudos do V Centenário. Não nos interessa uma exumação do "original" ou do "autêntico", pois, da nossa perspectiva, este é um problema falso. Vale lembrar o que nos diz Todorov acerca da legitimidade das fontes: "(...) um fato pode não ter acontecido, contrariamente às alegações de um cronista. Mas o fato de ele ter podido afirmá-lo, de ter podido contar com a sua aceitação pelo público contemporâneo, é pelo menos tão revelador quanto a simples ocorrência de um evento, a qual, finalmente, deve-se ao acaso. A recepção dos enunciados é mais reveladora para a história das ideologias do que sua produção; e quando um autor comete um engano ou mente, seu texto não é menos significativo do que quando diz a verdade; o que importa é que o texto possa ser recebido pelos contemporâneos, ou que seu produtor tenha acreditado nele. Nessa perspectiva, a noção de 'falso' é não pertinente." (TODOROV, 1988:52)

A amplitude do problema e o alcance das implicações prenunciadas nas fontes a serem estudadas exigiram da equipe uma estratégia de pesquisa ágil e cuidadosa. Dessa forma, o Grupo de Estudos do V Centenário decidiu-se por operar três recortes principais no universo de atores e falas que constituem o nosso objeto. O V Centenário passou, assim, a ser abordado a partir de perspectivas distintas: a Igreja Católica e o problema da cultura; o Estado espanhol e as comemorações oficiais; o V Centenário na perspectiva dos movimentos sociais e organizações não governamentais.

A Igreja Católica e a Nova Evangelização

Os 500 anos que nos separam de 1492 têm um sentido muito especial para a Igreja Católica. Para ela, de fato, há algo muito importante a ser celebrado: não se trata tanto da "descoberta" destas terras, mas da chegada da palavra evangélica e do projeto cristão. Estes 500 anos foram, sobretudo, 500 anos de evangelização.²

Paulo, 1991, mimeog.

2 Para uma análise detalhada deste problema, ver Paula

Para a Santa Sé, a América Latina ocupa um lugar privilegiado; não nos esqueçamos que, afinal, aqui se encontra um episcopado de grande importância para o conjunto da Igreja e a maior população católica do mundo. A Igreja faz questão de afirmar recorrentemente que não se pode falar da história da América Latina nem da riqueza cultural que aqui teve origem sem se reportar à presença do cristianismo. O continente latino-americano, na visão do episcopado, transpira catolicismo e a topografia desta terra seria a imagem especular do próprio Cristo.³ A nossa toponímia - tão fortemente marcada por nomes de santos e anjos - representaria, no campo da linguagem, o que a topografia representa no campo geográfico: os nossos laços indelévels com o catolicismo.

A importância de 1992 transcende, contudo, o sentido meramente celebrativo destes cinco séculos de evangelização. Para a Igreja, o momento é crucial para que ela possa refletir acerca das dificuldades e obstáculos que se interpõem na sua prática apostólica hodierna. A ameaça que a hegemonia católica vem sofrendo nos últimos anos neste continente - em parte, pelo crescimento vertiginoso das "seitas" protestantes, em outra, pelo avanço progressivo de uma cultura urbano-industrial essencialmente secular - tem despertado grandes preocupações no Vaticano e em todo o episcopado latino-americano. Neste sentido, o papado e todas as autoridades eclesiais sensíveis ao problema exortam a Igreja à um grande desafio: iniciar, a partir de agora, uma segunda evangelização.

Não é casual que se realizou no ano de 1992 um evento de magna importância

Montero. "Tradição e Modernidade: o lugar da cultura no pontificado de João Paulo II", publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, da ANPOCS, número 20, 1992.

3 A imagem do rosto de Jesus projetada sobre o mapa do continente latino-americano, que aparece freqüentemente em camisetas, faixas e estandartes presentes em centenas de CEB's e paróquias do país, parece sugerir uma semelhança iconográfica que vai muito além do mero acaso; de maneira metafórica, o continente latino-americano atestaria a presença do Cristo entre nós.

para a Igreja Católica do continente e do mundo, a IV Conferência Episcopal Latino-Americana. Esta conferência teve início no dia 12 de outubro em Santo Domingo, na República Dominicana, tendo como tema central "Uma Nova Evangelização em uma Nova Cultura". A escolha do mesmo local e data em que Colombo teria chegado à América é muito significativa. Com ela, a Igreja nos quer comunicar a importância e o peso político que ela mesma atribui a tal consistório. Se, como é consenso entre observações e análises de todos os matizes, as conferências anteriores, de Medellín e Puebla⁴, foram responsáveis por mudanças profundas no seio da Igreja do continente, abalando velhas estruturas e permitindo a conformação de um novo modelo eclesial, esta IV Conferência deveria fechar a seqüência com chave de ouro.⁵ Além de analisar as conseqüências e resultados obtidos das resoluções das conferências passadas, a Conferência de Santo Domingo, tal como nos sugere o texto Elementos para uma reflexão pastoral em preparação à IV Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, editado pelo CELAM (Conselho do Episcopado Latino-americano), procura refletir para além das fronteiras da Igreja,

4 As conclusões do Concílio Vaticano II (1962-1965), da Conferência de Medellín (1969) e da Conferência de Puebla (1979) operaram transformações consideráveis na liturgia, nos ritos, nas interpretações teológicas e leituras bíblicas e na própria estrutura edesial da Igreja Católica latino-americana.

5 Os diversos grupos que atuam no interior da Igreja Católica latino-americana "olham" para o IV CELAM com interesses particulares muito definidos, mas nem sempre tão claros. Portanto, fechar a seqüência das conferências anteriores com "chave de ouro" não deixa de sugerir certa ambigüidade, na medida em que possui significados distintos para cada um destes grupos. Na voz da Igreja progressista, inspirada pela Teologia da Libertação, Santo Domingo deve avançar na opção preferencial pelos pobres e atualizá-la com as luzes de uma nova evangelização inculturada. De maneira distinta, os setores mais conservadores esperam desta conferência uma atenção maior à espiritualidade, à mística cristã e ao plano das vocações religiosas.

mirando suas armas para a materialidade de países, estados e populações de todo o planeta, com especial atenção para o nosso continente.⁶

O que nos parece importante ressaltar é que, no próprio tema da conferência, a dimensão da cultura assume considerável importância nesta segunda evangelização. Mais do que isso, nota-se uma grande preocupação em retraduzir a mensagem cristã para a multiplicidade de culturas presentes no continente latino-americano. O espírito missionário e catequético - que já tem uma longa história e sofreu as mais diversas inflexões - é reanimado e reorientado para a conciliação e intercâmbio com as tradições e valores específicos de cada uma das culturas que encontra. Esse novo desdobramento é bastante complexo. Uma de suas correntes, talvez a mais importante, elaborou formulações teóricas que incorporam largamente as mais recentes interpretações da Antropologia sobre a diversidade cultural. A partir delas forjou-se, por exemplo, o conceito de inculturação, que procura dar conta do processo de "enraizamento" da Igreja universal nas culturas locais.

A problemática da cultura, todavia, envolve questões muito mais complexas do que as que mencionamos até aqui. O atual pontificado é particularmente sensível ao processo de unificação européia e entende que é dialogando com as diversas culturas que ele conseguirá recolocar a Igreja no epicentro dos acontecimentos que dizem respeito à futura Europa supranacional e ao mundo do próximo milênio⁷.

6 O IV CELAM não quer se deter nica e exclusivamente na dimensão intra-eclesial que possui uma conferência episcopal, mas esforça-se em dialogar com os fenômenos macro-sociais que têm contribuído para mudar a face do mundo. O contexto da unificação da Europa, as revoluções no Leste Europeu, e a tão debatida Nova Ordem Mundial não podem ser negligenciados pelo projeto global da ofensiva católica frente ao secularismo, às "seitas" protestantes, ao islamismo e outras tendências não católicas.

7 Paula Montero (1992) mostra-nos que a crise do atual modelo de nação soberana e os obstáculos por ele

O V Centenário nos Estados Ibéricos

O governo espanhol tem sido, de longe, o maior promotor de grandes atividades e eventos para a comemoração destes 500 anos. Sem sombra de dúvidas, 1992 foi o ano da Espanha. A realização dos Jogos Olímpicos em Barcelona, a Exposição Universal em Sevilha e a capitalidade europeia sediada em Madri aconteceram dentro do contexto celebrativo desta data.

Presente nestes megaeventos oficiais, o sentido triunfalista das comemorações foi denunciado por muitos grupos comprometidos com a sua crítica. Porém, o governo espanhol demonstra-se mais preocupado com a relação entre o significado subjacente desta comemoração e o papel político que a Espanha tem a desempenhar no concerto das potências europeias no futuro. Para entendermos o que seja esse significado subjacente, temos de voltar nossa atenção para a "Comisión Nacional del V Centenario".

Este órgão foi criado pelo governo espanhol em 1981 e durante toda uma década funcionou como o cérebro de todo o processo que culminou nos festejos de 1992. O cuidado do Estado espanhol em antecipar os preparos da comemoração em 15 anos - já em 1977 estavam em andamento as articulações - constituindo uma equipe de intelectuais comprometida em refletir e lucubrar sobre a história comum dos ibero-americanos, nos sugere que tal evento tem muito a dizer sobre o futuro da Espanha.

Na perspectiva do Estado espanhol, 1492 significou o "encontro de dois mundos". Diante dos demais países europeus, a Espanha ocuparia, em vista de sua história comum junto às nações latino-americanas, uma posição de notável destaque no quadro de relações entre Europa e a parte hispânica da

colocado ao desenvolvimento dos países europeus permite ao Vaticano, particularmente ao polonês Karol Wojtyła, entrever na cultura (aqui entendido num sentido de vida social, costumes e instituições) o mote no qual deve-se investir para a construção das futuras sociedades supranacionais. A cultura, e não mais o Estado, constituiria a alma da nação.

América. Ela seria um interlocutor privilegiado entre os dois mundos do Ocidente⁸.

Este capital simbólico é utilizado para persuadir os demais países da Europa da legitimidade da Espanha em ingressar no Mercado Comum Europeu em formação. Ela reivindica para si a fundação da identidade europeia. Diante dos esforços da Europa em conquistar sua autonomia econômica e militar frente aos Estados Unidos e Japão, a comemoração destes 500 anos é uma maneira de renovar o momento de fundação de uma Europa simultaneamente única e diversa.

Nem todos na Espanha, todavia, apóiam as comemorações e festejos acerca do V Centenário. Grupos separatistas, como os catalães e os bascos, entre outros, opõem-se veementemente às comemorações organizadas pelo estado e articulam-se em diversas organizações voltadas para uma contra-celebração do evento.⁹

Da mesma forma que os castelhanos saquearam barbaramente os milhões de nativos das Américas, observam os portavozes desses grupos, eles estariam também comprometidos com o domínio e a exploração de várias nacionalidades no interior da Espanha. Estas nacionalidades, entendem-se, pois, como vítimas do mesmo jugo opressor que mutilou a América Latina; conseqüentemente atribuem-se uma missão comum junto aos povos deste continente. A luta pela liberdade e pelo reparo dos crimes cometidos pelo conquistador deveria promover uma aliança cultural e política entre os oprimidos da Espanha e os da América.

É claro que a periferia do território

8 No caso português, a discussão está mais centrada na lembrança das Grandes Navegações. As navegações marítimas, as quais Portugal foi o país pioneiro, tiveram peso fundamental na gestação da modernidade. Os portugueses regozijam-se também pelo fato de terem dados "novos mundos ao mundo", ampliando as fronteiras do pequeno mundo conhecido de então.

9 A este respeito, ver Omar Ribeiro Thomaz. "Dos Habaneros ao V Centenário: a Catalunya em 1992", trabalho apresentado na XVI Reunião Anual da ANPOCS, em 1992.

espanhol abriga diversas outras nacionalidades que convivem sob a autoridade de Madri, como os valencianos, andaluzes, galegos, extremenhos e murcianos. Entretanto, catalães e bascos atribuem-se uma certa exclusividade no direito de fazer a crítica ao imperialismo espanhol. Um dos fatores que lhes daria tal legitimidade diz respeito a relação estabelecida com as línguas vernáculas.¹⁰

"A questão lingüística possui uma especial importância tanto no País Basco como na Catalunha. Ao avanço do poder do Estado espanhol e à repressão está sempre associado o avanço do próprio idioma castelhano. A idéia de 'hispanidad' representa para estas minorias a opressão dos que acreditam na idéia de 'um Estado, uma nação, uma cultura, uma língua'. No caso específico do País Basco, a questão lingüística ganha um caráter particularmente dramático: a língua basca é falada cotidianamente tão só por 30% da população basca." (THOMAZ, 1992:23)

O 12 de outubro é, na verdade, um momento especial para a reafirmação do nacionalismo espanhol, através da exaltação do sentimento de "hispanidad". Conseqüentemente, o triunfalismo que acompanha as atividades de celebração desta data causa grande preocupação nas autonomias¹¹ da Espanha. O combate a este

10 É preciso insistir na idéia de que este é um fator de grande importância, mas não o único, pois, se assim fosse, valencianos e galegos teriam o mesmo precedente. A especificidade da experiência histórica de catalães e bascos sob o background da formação do estado espanhol não pode ser negligenciado.

11 "São nacionalidades históricas Catalunha, País Basco e Galiza, que acederam diretamente ao Estatuto de Autonomia mediante o parágrafo primeiro do artigo 143 da Constituição espanhola de 1978: '1. En el ejercicio del derecho a la autonomía reconocido en el artículo 2 de la Constitución, las provincias limítrofes con características históricas, culturales y económicas comunes, los territorios insulares y las provincias con entidad regional histórica podrán acceder a su autogobierno y constituirse en Comunidades Autónomas con arreglo a lo previsto en este Título y en los respectivos Estatutos'. Afirma o Artigo 2 da Constituição: 'La Constitución se fundamenta en la

nacionalismo está na pauta das nações que lutam pela conquista e ampliação de suas autonomias. No dia nacional catalão ou no dia do soldado basco, a ocorrência de confrontos violentos entre manifestantes, que clamam pela contra-celebração do V Centenário, e as polícias nacionais da Catalunha e País Basco mostram-nos a importância de tal debate no contexto ibérico.

Assim, na defesa, presente no discurso estatal, de uma comunidade ibero-americana estaria a face opressora daqueles que não admitem a diversidade e o convívio com outras identidades culturais presentes em um mesmo espaço territorial. A única comunidade cabível seria, pois, aquela dos oprimidos da terra, onde todos os povos e nações que conheceram o jugo espanhol seriam solidárias num mesmo destino de resistência.

O V Centenário na perspectiva dos movimentos sociais e organizações não governamentais

O movimento indígena.

A realidade indígena da América é muito diversificada e a sua compreensão exigiria um esforço de análise que foge ao propósito deste artigo. No entanto, podemos afirmar que, grosso modo, a resposta à 1992 é a da contra-celebração.

indisoluble unidad de la nación española, patria común e indivisible de todos los españoles, y reconoce y garantiza el derecho a la autonomía de la nacionalidades y regiones que la integran y la solidaridad entre todas ellas'. Andaluza acedeu ao Estatuto de Autonomia como nacionalidade histórica mediante o voto de acordo com o parágrafo 2 do artigo 143: '2. La iniciativa del proceso autonómico corresponde a todas las Diputaciones interesadas o al órgano interinsular correspondiente y a las dos terceras partes de los municipios cuya población represente, al menos, la mayoría del censo electoral de cada provincia o isla. Estos requisitos deberán ser cumplidos en el plazo de seis meses desde el primer acuerdo adoptado al respecto por alguna de las Corporaciones locales interesadas'. (THOMAZ, 1992:19)

Longe de representar o "encontro de dois mundos", estes 500 anos teriam sido, efetivamente, um período de espoliação sistemática e massacres contínuos. A crueldade que acompanhou o genocídio de milhões de indígenas e o desaparecimento de centenas de povos não autorizam qualquer espécie de comemoração. A contra-celebração do V Centenário aparece como um momento privilegiado para recontar, na ótica destes sujeitos, a história da América Latina na perspectiva dos vencidos.

Subjacente ao propósito de refazer o percurso transcorrido nestes cinco séculos está a preocupação com a constituição de uma identidade latino-americana alicerçada no conjunto das culturas indígenas do subcontinente. Vemos, portanto, que contra-celebrar o V Centenário não é somente resgatar as mágoas do passado nem lançar-se apaixonadamente num movimento de denúncia ao europeu branco e invasor. O que temos aqui é um esforço articulado de reafirmação cultural de tradições sociais distintas, mas solidárias numa luta que as tornam comuns umas às outras.

O etnocídio que, para estes grupos, marcou este meio milênio deve também dar espaço a uma história de resistência. Se hoje podemos presenciar a existência de diversas sociedades indígenas na América Latina, isso se deve, no discurso destes grupos, à luta de várias gerações de piaroas, mapuches, yanomamis, nahuas, maias, canelas, krahós, lamitas, otomis, zapotecas, bororos, totonacas, xavantes e muitas outras.

É preciso observar que a presença indígena nos vários países do subcontinente é massiva, constituindo quase metade da população em alguns, como Bolívia e Peru, e a maioria dela, no caso da Guatemala. Já no caso brasileiro, apesar de constituir menos de meio por cento da população, o contingente indígena tem aumentado paulatinamente, desmentindo as teorias fatalistas que previam o total desaparecimento dos índios do país.

Devemos, contudo, analisar esta proposta de contra-celebração com precaução. Os grupos indígenas do subcontinente não convergem plenamente no tocante a este fato.

A realidade particular de cada grupo e o contexto no qual estão inseridos acabam por matizar o modo como estes formulam o seu discurso de contra-celebração. O Brasil é paradigmático neste sentido.¹²

Uma parte significativa das organizações indígenas e comissões pró-índios espalhadas pelo país está longe de brandir, em uníssono, pela contra-celebração. Apesar de organizações de apoio à luta indígena, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário, órgão anexo da CNBB para assuntos indígenas), o COMIN (Conselho de Missão entre os índios, ligado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana), e outras - de caráter leigo - promoverem a mobilização da opinião pública no sentido da crítica às comemorações do V Centenário, uma parcela do movimento indígena brasileiro simplesmente ignora o evento. Argumenta que o fato do Brasil ter sido descoberto pelos portugueses em 1500 faz com que a data a ser pensada para alguma espécie de mobilização - se é que deva ser pensada - seja o ano 2000. O único significado relevante de 1992 estava na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente no Rio de Janeiro, para onde toda a atenção da comunidade internacional e da imprensa estrangeira esteve voltada. A posição estratégica deste evento tornava primordial investir na participação no Fórum Global das ONG's (evento paralelo à ECO 92 e também patrocinado pela ONU).

"Parece que entre rever o passado, e exaltar sua capacidade de resistência, ou mirar no futuro, e na possibilidade de reconhecimento dos seus saberes milenares, os índios e as entidades que os apoiam ficaram com o futuro. Entre a proposta de queimar Colombo numa cruz e responsabilizá-lo juntamente com outros pela destruição de várias culturas e o genocídio de milhares de pessoas e chamar a atenção nacional e mesmo

12 Sobre essa problemática, ver Luís Donisete Benzi Grupioni. "Indian Organizations and Pro-indian groups in Brazil: Views of the Quincentenary", trabalho apresentado na conferência *Rediscovering America* 1492-1992, realizado em fevereiro de 1992 na Louisiana State University, Estados Unidos.

mundial para as ameaças presentes hoje aos seus territórios e ao seu futuro, os índios preferiram apostar na ECO - 92 e nos seus desdobramentos." (GRUPIONI, 1992:10)¹³

Outro argumento a que se recorre para justificar a não participação em um movimento de contra-celebração é o de que a comemoração do V Centenário diz respeito apenas à Península Ibérica e à Igreja Católica, sendo, portanto, exterior à realidade vivida pelos grupos indígenas brasileiros. A apologia da atuação dos "descobridores" e "civilizadores" por parte dos estados ibéricos e a revisão da ação missionária por parte da Igreja Católica resumiriam o sentido das comemorações do V Centenário, tornando-os, assim, irrelevantes dentro do contexto dos problemas e interesses imediatos do movimento indígena brasileiro.

Os Sem-Terra e o Comitê de Resistência Indígena, Negra e Popular

O Movimento Sem-Terra encabeça, no Brasil, a organização do Comitê dos 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. O comitê brasileiro coordena para todo o Cone-Sul as atividades da Campanha Continental dos 500 anos de resistência, sendo México, Cuba, Nicarágua e Equador os coordenadores, respectivamente, da região Norte, região do Caribe, região Centroamericana e região Andina. A escolha do Brasil para a coordenação da campanha a nível de Cone-Sul deve-se à sua importância política, ao peso de sua economia, a uma imensa extensão territorial e a uma enorme população. A organização da campanha de resistência continental nasce das propostas resultantes do 1º Encuentro Latino Americano de Organizaciones Campesinas-indígenas, realizado em outubro de 1989, em Bogotá.

O conjunto de significações mobilizadas na crítica ao V Centenário permite a costura de múltiplas alianças entre diversos grupos de interesses, a exemplo do que ocorre no Brasil com a Pastoral Operária, CONTAG, Fundação Mata Virgem,

Movimento Sem-Terra, Universidade Federal de Santa Catarina, Pastoral dos Migrantes, CIMI e outros. Que significações são essas que articulam o sentido de grupos tão diferentes?

O *leitmotiv* dessa campanha de resistência está na idéia de "autodescobrimento" da América. A história vivida nestes últimos 500 anos teria sido marcada pela condução do projeto de dominação do europeu invasor. A usurpação inefável que se instalou na América Latina desde então é o que permite explicar o momento presente de um subcontinente que agoniza de fome. O imperialismo político, econômico e cultural das grandes potências capitalistas age de maneira inescrupulosa, absorvendo as nossas riquezas naturais e sugando o fruto do trabalho de jovens, mulheres e crianças. O sofrimento e martírio do povo latino-americano seria, nesta acepção, sustentáculo de um sistema social sanguinário e impiedoso.

Neste contexto, a discussão sobre a dívida externa ocupa posição eminente na elaboração do discurso do comitê. O desenvolvimento das nações latino-americanas está ameaçado por políticas fiscais e econômicas que objetivam o saldo de dívidas monstruosas, contraídas de acordo com interesses privados totalmente alheios às preocupações da maioria da população. O respeito às imposições colocadas pelo FMI e pelos bancos credores implica no sacrifício categórico de amplas faixas da população, que até agora vêm sobrevivendo à margem de qualquer mecanismo social de assistência por parte do Estado. A luta pelo não pagamento da dívida ou, ao menos, pela rediscussão da questão, é um passo fundamental para o nosso "autodescobrimento".

Juntamente à dívida externa, a nossa estrutura fundiária precisa ser combatida para a construção de uma história latino-americana autêntica e verdadeira. A miséria e o inchaço de grandes centros urbanos, a falta de alimentos e o problema da migração em massa para os pólos industriais estão correlacionados com a questão da falta de terras. A manutenção de grandes latifúndios contribui

¹³ Tradução do original feita pelo autor.

no adensamento de uma situação social explosiva. A Reforma Agrária surge neste cenário como uma bandeira de luta fundamental para todos os movimentos e organizações progressistas. "Terra para quem nela trabalha" é uma palavra de ordem que aponta para um conteúdo pragmático comum ao Movimento Sem Terra, à "Igreja progressista" e aos partidos de esquerda.

O processo de autodescobrimento e o movimento de revisão da história oficial antecede ao projeto de formação de uma identidade cultural coletiva para o "povo latino-americano". O combate pela sociedade justa e fraterna, por melhores condições de vida, pela recuperação das tradições, valores e instituições ancestrais fazem, nesta perspectiva, de todos os povos do nosso subcontinente, um povo comum.

Um Tema Quase Inesgotável

Além dos três eixos principais - discutidos acima - que norteiam as reflexões do Grupo de Estudos do V Centenário, outras problemáticas têm suscitado o nosso interesse. Com o desenvolvimento das diversas pesquisas individuais que compõem o projeto principal e com o ardil resultante dos seminários, leituras e discussões coletivas realizadas pela equipe, idéias que anteriormente nos passavam despercebidas têm se mostrado, agora, merecedoras de atenção.

As comemorações da "descoberta" da América realizadas no século passado parecem ocultar elementos significativos para uma compreensão do debate nos dias de hoje. Uma análise comparativa das significações mobilizadas no IV Centenário e nas comemorações atuais nos poderá revelar parte dos trajetos tortuosos pelos quais se deu a representação da América para si mesma e para a Europa. Se no IV Centenário tínhamos a exaltação da ação civilizatória dos colonizadores, com o foco das atenções voltado para a própria Europa, no caso contemporâneo o que temos é o inverso.¹⁴

Hoje, a América aparece, inquestionavelmente, como um sujeito qualificado para discutir a sua própria história. Contrariamente ao que ocorria no século passado, a discussão em torno dos "descobrimientos" ibéricos não pode prescindir da presença ativa de nosso continente; de outra maneira não se compreenderia a passagem, no discurso do governo espanhol, da noção de "descobrimiento" para a de "encontro de dois mundos".

Diretamente relacionada com este problema está a questão dos intelectuais. Observar o posicionamento destes com relação aos diversos discursos dos atores em cena exige astúcia. Mais do que se posicionarem, os intelectuais criam posições. Sintetizam imagens e formulam proposições articuladas que os tornam, assim, interlocutores privilegiados na construção da identidade dos grupos que participam. Como não poderia deixar de ser, também no V Centenário os intelectuais estão presentes, como "guerrilheiros" numa luta implacável por posições.

Tendo em vista a importância dos intelectuais na produção das representações sobre a América, o grupo decidiu incluir também um estudo do projeto da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo - juntamente com as atividades dele decorrentes -, intitulado "500 Anos: Caminhos da Memória, Trilhas do Futuro". Este projeto da prefeitura foi muito produtivo: logrou realizar exposições, simpósios, shows e até mesmo uma ópera. A exposição integrada "índios no Brasil", por exemplo, ocupou todo o 1º pavilhão do prédio da Bienal de São Paulo, onde realizam-se tradicionalmente a Bienal Internacional de Artes, a Bienal do Livro, e outras atividades de peso no cenário nacional. A partir de dezenas de estandes, oficinas de pintura e grafismo indígenas, palestras, apresentações artísticas e debates com lideranças indígenas, a exposição pretendia

do governo espanhol, a questão central está na construção de uma imagem positiva de uma Espanha moderna, forte e imponente, visando primordialmente atingir as consciências das outras nações européias.

¹⁴ Inverso apenas em parte, pois, vimos como no caso

"socializar" o conhecimento sobre os índios que, segundo seus promotores, acumulou-se na academia e organizações de apoio a luta indígena. Quando se procura compreender o universo de questões que orientou o projeto da Secretaria Municipal de Cultura, logo uma pergunta nos vem à cabeça: o que faz a Secretaria Municipal de Cultura do maior centro urbano-industrial da América Latina promover a discussão dos 500 anos? Bastaria a presença de uma filósofa e intelectual de renome no comando da Secretaria - a professora Marilena Chaui - para responder à nossa indagação? Cremos que não; há, com certeza, muito mais o que procurar.

Conforme prevê o projeto de pesquisa do Grupo de Estudos do V Centenário, alguns resultados parciais já têm sido apresentados, seja em congressos, seminários, artigos publicados em revistas especializadas, ou dossiês de imprensa. Está em formação um centro de documentação, com um banco de dados informatizado sobre todo o material referente às comemorações; é uma catalogação sistemática de livros, revistas, artigos de jornais, cartazes, vídeos e outros tipos de documento referentes ao tema que estará à disposição de futuros pesquisadores para que possam beneficiar-se de tais fontes.

O Grupo de Estudos do V Centenário é coordenado pela Profa. Dra. Paula Montero e conta com a participação dos professores doutores Sérgio Cardoso e Sylvia Caiuby Novaes; dos alunos do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da USP: Carla Gandini G. Martelli, Eliane Sebeika Rapchan, Luís Donisete Benzi Grupioni, Omar Ribeiro Thomaz; e dos alunos de graduação em Ciências Sociais em iniciação científica: Ana Paula Simioni, Marcos Pereira Rufino, Maria Denise Fajardo Pereira, Marisa de Fátima Paulavicius e Waldenir Bernini Lichtenthaler.

BIBLIOGRAFIA

- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. "Indian Organizations and Pro-indian groups in Brazil: Views of the Quincentenary", mimeog. 1992, 10 pp.
 ----- (org.) *Índios no Brasil*, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, 279 pp.
 MONTERO, Paula (coord). "V Centenário do Descobrimento da América: um Debate em Torno das Identidades". projeto de pesquisa do Grupo de Estudos do V Centenário, Universidade de São Paulo, 1991, 56 pp.
 -----, "Para uma Antropologia das Instituições Globais: o estudo da cultura na Igreja Católica", mimeog. 1992, 23 pp.
 -----, "Tradição e Modernidade: o Lugar da Cultura no Pontificado de João Paulo II", In: ANPOCS, Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 20, 1992.
 O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. São Paulo, Editora UNESP, 1992, 218 pp.
 RAPCHAN, Eliane Sebeika. "Camponeses e índios: alianças e conflitos - uma reflexão sobre a campanha dos 500 anos de resistência indígena e popular", mimeog, 1992, 6 pp.
 RUFINO, Marcos Pereira. "Índio e Igreja: a Representação do índio para a Igreja Católica no Brasil". projeto de iniciação científica, mimeog, 1992, 25 pp.
 THOMAZ, Omar Ribeiro. "Dos Habaneres ao V Centenário: a Catalunya em 1992", texto apresentado na XVI Conferência Anual da ANPOCS, Caxambu, 1992, mimeog, 40 pp.
 TODOROV, Tsvétan. *A Conquista da América: a Questão do Outro*. São Paulo, Martins Fontes, 1988, 263 pp.